

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BACHARELADO)**

VALESKA PAULO FERNANDES

**AMBIENTALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA UNESC: INDÍCIOS DE
AMBIENTALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO CAMPUS**

CRICIÚMA, SC

2016

VALESKA PAULO FERNANDES

**AMBIENTALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA UNESC: INDÍCIOS DE
AMBIENTALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO CAMPUS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel ao Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Orientadora: Prof.^a Dra. Miriam da Conceição Martins

CRICIÚMA, SC

2016

VALESKA PAULO FERNANDES

**AMBIENTALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA UNESC: INDÍCIOS DE
AMBIENTALIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO
CAMPUS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Ambiental.

Criciúma, 22 de Junho de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Miriam da Conceição Martins – Doutora em Ciências da Saúde - UNESC –
Orientadora

Prof.^a Viviane Kraieski Assunção –Doutora em Antropologia Social – UNESC

Prof.^o Carlyle Torres Bezerra de Menezes - Doutor em Engenharia Mineral - UNESC

Dedico este trabalho a minha família, meu namorado e amigos (as) que foram porto seguro perante as dificuldades durante este percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Maria, meu Pai, Aurino e minha irmã, Taline, que durante não somente nesta etapa de minha vida, mas em toda ela estiveram sempre presentes ao meu lado, me confortando com seus apoios e conselhos que os levo comigo sempre, lutando ao meu lado como verdadeiros soldados e percorrendo este caminho comigo, fornecendo compreensão e estímulo em todos os momentos.

Meus pais que sempre fizeram de tudo para proporcionar o melhor para minha irmã e eu, os melhores conselhos, os melhores incentivos nos estudos para nunca desistir por mais extremo seja o cansaço ou frustração. Meus pais que trabalharam duro para que eu tivesse sempre o melhor futuro possível, e que nunca desistiram de mim.

Minha irmã e meu cunhado, Italo, que me viram crescer e chegar até aqui, me ensinando que muitos passaram pelo mesmo teste que eu e passaram, e que eu tenho a mesma capacidade que todos de conseguir o tão sonhado futuro profissional.

Meu namorado, Ivan Vieira dos Santos, pela compreensão perante minhas ausências e pelo apoio moral para o desenvolvimento desde trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Miriam da Conceição Martins, por gentilmente ter me ajudado e me guiado no decorrer deste trabalho, me oferecendo todo o suporte necessário.

Agradeço muito a banca examinadora composta por Viviane Assunção e Carlyle Menezes, por aceitarem fazer parte desde percurso e contribuir com suas sugestões e sabedoria.

Agradeço também as minhas amigas e colegas da universidade, Nathalia Galvani, Nicolli Naspoli, Luana Biz e Juliana Borghezan, que estiveram presentes em todo este longo caminho acadêmico.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”.

Jean Piaget

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior na UNESC, identificando indícios de ambientalização e elaborando estratégias aplicáveis a instituição. Frente a esse desafio, o presente projeto investiga uma temática em evidência nos discursos e nas mídias: a sustentabilidade e suas dimensões, o que nos remete ao processo de ambientalização nas Instituições de Ensino Superior. A relevância da pesquisa também se justifica pelas contribuições ao desenvolvimento do campo ambiental e educacional nas Instituições de Ensino Superior; a produção e socialização de conhecimento sobre currículos e práticas inovadoras em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental; a ampliação de parcerias entre as Instituições de Ensino Superior. Foi realizada análise documental nos seguintes documentos institucionais, PDI, PPI, Política de Meio Ambiente e Valores Humanos (PA) e PPCs de todos os cursos, organizados no programa MAXQDA, onde foram considerados os documentos que apresentavam mais de três das onze dimensões propostas pelo projeto (indícios de ambientalização). As análises mostraram alto índice de ambientalização presente nos documentos institucionais PDI, PPI, PA e PPCs, onde as unidades acadêmicas de exatas e humanas apresentaram alto índice para políticas de ambientalização e inserção desta temática nas disciplinas, já as unidades acadêmicas da saúde e ciências sociais aplicadas apresentaram menor índice de ambientalização e aplicando esta temática nas disciplinas, também se mostrou relevante o indício da existência de espaços de reflexão que trabalham este tema na instituição UNESC. Podemos concluir que a instituição de ensino superior UNESC possui alto índice de ambientalização com base nas análises documentais, apresentando todas as dimensões propostas pelo projeto, porém, mostrando-se de formas variadas conforme o documento analisado e a unidade acadêmica a qual o curso está inserido. O presente trabalho demonstra o empenho da UNESC, no âmbito documental, em fortalecer a ambientalização e sustentabilidade.

Palavras-chave: Ambientalização. Sustentabilidade. PDI. PPC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Janelas de navegação do programa MAXQDA.....	23
Figura 2 - Gráfico com o número de codificações totais por UNA.....	25
Figura 3 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNACET.	26
Figura 4 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNAHCE.	27
Figura 5 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNASAU.	27
Figura 6 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNACSA.....	28
Figura 7 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNAHCE.	29
Fonte 8 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNACET.	29
Figura 9 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNASAU.....	30
Figura 10 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNACSA.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos específicos	14
3 METODOLOGIA	15
3.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	16
3.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI), PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL OU PLANO POLÍTICO INSTITUCIONAL (PPI) E PLANOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS (PPC).....	17
3.3 POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E VALORES HUMANOS (PA)	19
3.4 REDE ACES.....	20
3.5 PROJETO RISU (REDE DE INDICADORES DE EVALUACIÓN DE LA SUSTENTABILIDAD EN UNIVERSIDADES LATINOAMERICANAS) /ARIUSA.....	21
3.7 PROGRAMA DE ANÁLISE MAXQDA	22
4 RESULTADOS	24
5 DISCUSSÃO	32
6 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A constituição do Brasil de 1988 estabelece em seu artigo 225, inciso VI, que o Poder Público deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, como afirma esta mesma constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 225,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, p. 138).

Segundo Bastiani (2011, p. 430), “a Educação Ambiental é uma temática que deve estar presente dentro dos currículos escolares, mas não como disciplina específica, deve, ao contrário, perpassar todas as disciplinas escolares, fazendo parte do Ensino Formal”. Assim, Guimarães et al. (2009, p. 49) afirmam que “ a Educação Ambiental vem cada vez mais se difundindo em todos os setores da sociedade”, corroborando com o papel de crucial importância das universidades para disseminação e transformação, da mesma forma como Morales (2009, p. 185), destaca:

A crise do conhecimento científico exige um novo papel da universidade, que é convocada a construir uma racionalidade que induza à transformação de paradigmas científicos tradicionais e a promoção de novos conhecimentos e integração de diferentes saberes, com a participação da sociedade.

As universidades, como promotoras e responsáveis pelo processo de construção do conhecimento científico, social e humanista estão enfrentando desafios contra mudanças sociais e tecnológicas, isto as coloca frente a um importante papel na responsabilidade socioambiental diante da crise ambiental, especialmente na sensibilização, participação e socialização dos conhecimentos produzidos para minimizar os impactos causados pelas mudanças climáticas que afetam nosso Estado, o País e o Planeta (GELI, 2002).

Para Tauchen e Brandli (2006, p. 503),

O papel de destaque assumido pelas Instituição de Ensino Superior no processo de desenvolvimento tecnológico, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimento, pode e deve ser utilizado também para construir o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e justa.

Para que isso aconteça, entretanto, é extremamente importante que a Instituição de Ensino Superior (IES) promova princípios e práticas da sustentabilidade, atingindo todos os seus níveis, docentes, funcionários e alunos (TAUCHEN; BRANDLI, 2006). Marcomin e Silva (2009) ressaltam a necessidade de uma interação entre vários setores, incluindo ensino, pesquisa e extensão para a incluir a temática ambiental no centro da universidade. Ainda para Marcomin e Silva (2009, p.107), “Essa integração deverá refletir mudanças efetivas de conceitos, hábitos e práticas de gestão nos diversos níveis, da reitoria à sala de aula”.

Na atualidade, o aumento do compromisso das universidades com a ambientalização pode ser verificado em importantes estudos e trabalhos no Brasil (KITZMANN, 2007; GUERRA; FIGUEIREDO, 2011; KITZMANN; ASMUS, 2012; RUSCHEINSKY, et al., 2014) e em universidades espanholas (BARRON; NAVARRETE; FERRER-BALAS, 2010).

Segundo o Ministério da Educação com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA,

As legislações educacionais regulamentadoras (tais como decretos, resoluções e portarias) ainda não explicam como se dará, na prática, a abordagem desta temática nos estabelecimentos de ensino, nem prescrevem os princípios, diretrizes operacionais e pedagógicas para o seu trato transversal nos níveis e modalidades da educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 2).

Uma forma de “atrelar” as legislações às aplicações nos estabelecimentos de ensino está na ambientalização curricular que está relacionada a um processo de mudanças de perspectivas e reformas de pensamentos para que estejam inseridas nas matrizes curriculares integrando e interagindo temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas (ARRUDA, et al., 2015).

Para Martins e Frota (2013, p. 12),

A Educação Ambiental inserida em diversas instâncias curriculares, numa perspectiva de interdisciplinaridade, busca maiores e melhores possibilidades de efetiva implantação, na procura da consecução de seus objetivos educacionais e na consolidação de valores ambientalmente corretos.

Essa temática é de crucial relevância, uma vez que, para além de todas as responsabilidades que lhes são inerentes, as IES precisam: a) intervir e participar ativamente de um movimento de reflexão-ação para a Educação Ambiental; b) intervir e participar na formação de profissionais e cidadãos para atuarem dentro de uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida; c) propiciar a criação de espaços

que permitam a ambientalização curricular (SILVA; MARCOMIN, 2007; MARCOMIN; SILVA, 2010). Logo, para abranger esses múltiplos contextos, as IES precisam assumir seu papel social de autênticos espaços educadores sustentáveis, na inserção da sustentabilidade socioambiental na gestão, na organização curricular, na formação profissional, nos materiais didáticos e no fomento da cidadania, como determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (BRASIL, MEC/CNE, 2012) e o Plano Nacional de Educação - PNE. Sob essa perspectiva, “o ambiente transforma as ciências e gera um processo de ambientalização interdisciplinar do saber” (LEFF, 2011, p. 146).

Neste contexto, esta pesquisa está inserida na Região Sul, mais especificamente na cidade de Criciúma, onde possuía como base industrial a mineração trazendo um grande desenvolvimento industrial onde a Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC está localizada, Fortunato (2008, p.11) destaca:

O desenvolvimento industrial catarinense caracterizou-se por uma divisão territorial de trabalho que redimensionou a Região Sul Catarinense nas suas diversas atividades econômicas, principalmente no que se refere as carboníferas. O redimensionamento ocorre em cidades como, Criciúma na extração do carvão mineral, Tubarão na transformação do carvão em energia, Imbituba na industrialização do rejeito do carvão (a indústria carboquímica catarinense - atualmente desativada) e Criciúma, Içara e Urussanga no beneficiamento, extração e na atividade ceramista.

Esta extração trouxe crescimento econômico para Criciúma (FORTUNATO, 2008). Nesta perspectiva, a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, localizada na cidade de Criciúma, está “inserida na bacia carbonífera catarinense” (SCHEIBE, 2002, p. 55), “A “região carbonífera” é caracterizada pela presença do carvão mineral no subsolo de vários municípios que compõe a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) ” (FORTUNATO, 2008, p. 16). “Assim como toda exploração de recurso natural, a atividade de mineração provoca impactos no meio ambiente seja no que diz respeito à exploração de áreas naturais ou mesmo na geração de resíduos” (SILVA, 2007, p. 3).

Silva (2007, p. 2) ainda destaca:

A mineração, evidentemente, causa um impacto ambiental considerável. Ela altera intensamente a área minerada e as áreas vizinhas, onde são feitos os depósitos de estéril e de rejeito. Além do mais, quando temos a presença de substâncias químicas nocivas na fase de beneficiamento do minério, isto pode significar um problema sério do ponto de vista ambiental.

Lugares próximos as estas jazidas acabam atraindo a urbanização de indivíduos de baixa renda devido ao baixo preço das terras adjacentes as pedreiras, ocasionando crescimento desordenado e falta de planejamento urbano (BACCI; LANDIM; ESTON, 2006).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de que estas questões sejam discutidas nos processos de formação nos cursos universitários, para que ocorram mudanças de concepção dos futuros profissionais, gestores públicos e da sociedade em geral acerca da complexidade das interações ser humano - sociedade - meio ambiente, da vulnerabilidade social, e da prevenção de desastres ambientais. Além disso, considerando as inúmeras funções e responsabilidades de uma IES na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética, é indiscutível seu papel na inserção das dimensões da sustentabilidade em suas diversas frentes de atuação (ensino, pesquisa, extensão), conforme apontam autores e autoras como Morales (2009), Guimarães et al. (2009), Marcomin e Silva (2010), Guerra e Figueiredo (2011), Figueiredo; Guerra; Carletto (2014); dentre outros.

Segundo Bolea et al., (2004, p. 444), “a ambientalização curricular compreende a introdução de conhecimentos, critérios e valores ambientais e sustentáveis nos programas escolares e universitários”. Logo, os documentos institucionais da IES têm como objetivo implementar conceitos sobre meio ambiente e sua complexidade para que então fosse possível entendê-los. Conceitos, conteúdos e estratégias que favorecessem os acadêmicos a compreensão dos impactos entre a relação das atividades humanas e o meio ambiente, envolvendo estes conhecimentos e o desenvolvimento sustentável através de cursos estabelecidos pela IES (BOLEA, et al., 2004).

A temática da ambientalização e, especialmente, da ambientalização curricular constitui-se, por si só, um campo profícuo de investigação, no sentido de dar visibilidade à temática ambiental nas universidades, abrindo caminhos para discussões, tomadas de decisão e compromisso com a implementação de ações de responsabilidade socioambiental (GUERRA, et al., 2015, p. 13).

Frente a esse desafio, o presente projeto investiga uma temática em evidência nos discursos e nas mídias: a sustentabilidade e suas dimensões, o que nos remete ao processo de ambientalização nas IES. Assim, é preciso investigar nos documentos curriculares e institucionais da IES como se dá essa inserção, para que

se possa elaborar estratégias e indicadores para avaliação curricular dos cursos e da gestão socioambiental universitária, promovendo a implementação e consolidação de políticas ambientais. Ressalta-se a relevância do diagnóstico da ambientalização nas IES.

A relevância da pesquisa também se justifica pelas contribuições ao desenvolvimento do campo ambiental e educacional nas IES; a produção e socialização de conhecimento sobre currículos e práticas inovadoras em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental; a ampliação de parcerias entre as IES.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Contribuir com as políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior da UNESCO, utilizando indícios de ambientalização e elaborando estratégias aplicáveis a instituição.

1.1.2 Objetivos específicos

- Utilizar indícios de ambientalização na análise dos documentos institucionais, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional ou Plano Político Institucional (PPI), Política de Meio Ambiente e Valores Humanos (PA) e Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) na Instituição de Ensino Superior UNESCO;
- Identificar quais os indícios de ambientalização mais relevantes em cada Unidade Acadêmica-UNA;
- Propor estratégias e ações de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às Instituição de Ensino Superior UNESCO.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa faz parte de um projeto aprovado na chamada pública nº 01/2014 - PROGRAMA UNIVERSAL, FAPESC envolvendo oito instituições de ensino superior localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina: Vale do Itajaí: Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE; Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI; Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI; Oeste Catarinense: Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC; Serrana: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC; Sul Catarinense: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC; Grande Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, intitulado “Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina” que segue a seguinte metodologia:

As análises documentais foram realizadas com base nos seguintes documentos institucionais da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional ou Plano Político Institucional (PPI);
- Política de Meio Ambiente e Valores Humanos (PA);
- Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

Foram considerados os documentos que apresentaram no mínimo três das onze dimensões propostas (“indícios de ambientalização”) selecionadas pelo projeto de acordo com os critérios de ambientalização curricular do projeto RISU (Rede de Indicadores de evaluación de la sustentabilidad en Universidades Latinoamericanas), rede operativa vinculada à Alianza de Redes Ibero-americanas de Ambiente e Sustentabilidade (ARIUSA) que englobam as dimensões A, B, C e K. As dimensões D até J foram selecionadas pelo projeto Rede ACES- Ambientalização Curricular de Estudos Superiores (2004).

Os documentos institucionais foram organizados no programa MAXQDA usando um sistema de códigos, as palavras chaves para cada código são as mesmas que compõe cada dimensão. Assim sendo as seguintes:

- Política de Ambientalização/Sustentabilidade/Meio Ambiente/Responsabilidade socioambiental (código A);
- Gerenciamento/monitoramento de bens e serviços naturais (código B);
- Sensibilização, participação democrática e comunicação “Educação Ambiental” (código C);
- Compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza (código D);
- Complexidade: diálogo em torno da ecologia de saberes, trabalho em redes (disciplinas que trabalham com vários conceitos integrados como saúde, política e meio ambiente foram consideradas com potencial para explorar o pensamento complexo) (código E);
- Contextualização local, global, local-global, global-local (disciplinas que trabalham com avaliação de impacto e risco ambiental) (código F);
- Consideração dos sujeitos na construção dos saberes e fazeres (disciplinas que trabalham com discussões, exposições participativas, planejamento participativo de atividades e atividades em grupo foram consideradas dentro desta característica) (código G);
- Consideração das relações com a comunidade e o entorno (as disciplinas que desenvolvem atividades práticas na comunidade) (código H);
- Coerência e reconstrução entre teoria e prática (código I);
- Construção de espaços permanentes de reflexão, formação e atualização (Espaços de reflexão e participação democrática - participação em projetos de intervenção e pesquisas, trabalhos em grupo, trabalho de campo, entre outros) (código J);
- Adoção de valores como solidariedade, cooperação e responsabilidade (código K).

3.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta etapa, os resultados dos documentos PDI, PPI, PA e PPCs foram organizados no programa Microsoft Excel e submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2008). Os PPCs foram categorizados por suas respectivas UNAs (unidades acadêmicas), em seguida foram feitos os gráficos de codificações totais

(número de vezes em que foram selecionados trechos dos documentos institucionais), tais gráficos foram elaborados para verificar o grau de ambientalização em cada curso ofertado no campus e também quais as dimensões mais relevantes encontradas em cada UNA.

Os resultados foram utilizados para propor estratégias, bem como ações de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na IES.

3.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI), PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL OU PLANO POLÍTICO INSTITUCIONAL (PPI) E PLANOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS (PPC)

Com a criação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fica estabelecido “o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. Esta mesma lei estabelece que o SINAES possui como propósito melhorar o ensino superior avaliando seu progresso em relação a aplicação dos compromissos e responsabilidades sociais da instituição de educação superior. Esta avaliação tem o compromisso de identificar o perfil da instituição, bem como seu significado de atuação, dentre as obrigações do SINAES, para avaliação da IES está a criação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Conforme Picawy (2007, p. 96) afirma,

O PDI traz a caracterização geral da IES em caráter descritivo, denso, nomeando parte a parte toda a constituição administrativa, pedagógica e de pessoas que determinam o perfil da IES. Do PDI emanam as diretrizes norteadoras do agir institucional, conjuntamente ao Regimento que o apoia nas orientações nucleares.

Segundo o SAPIEnS/MEC (2007) com base no artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o PDI serve como um documento de identificação da Instituição de Ensino Superior, possuindo validade de até 5 anos (cinco), havendo como eixos temáticos sua filosofia de trabalho, sua missão institucional, organização estrutural, diretrizes pedagógicas orientando suas ações e atividades acadêmicas que pretende desenvolver. Segundo a UEPB (2013), o PDI necessita contemplar o

cronograma e a metodologia de aplicação dos objetivos, metas e ações, tal documento deve estar ligado com a prática e os resultados da avaliação institucional, desta forma é uma exigência para a avaliação das instituições.

Tanto o PDI quanto o PPI estão intimamente ligados, segundo o Projeto Político Pedagógico – PPI, aprovado na Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC (resolução n.17/2012/Conselho Universitário - CONSU), o PPI é documento que traz como base principal a forma como a IES se organiza, política, filosófica e pedagogicamente. Explica as concepções, princípios e diretrizes que norteiam a instituição. Este mesmo documento salienta que o PPI “trata-se de instrumento que orientará as práticas institucionais, pois expressa a sua visão de mundo bem como sua função com relação à educação na sociedade em que está inserido” (PPI, 2012, p. 7). Esta resolução n. 17/2012/CONSU destaca que a elaboração desde documento institucional possui compromisso com os processos de Ensino, Pesquisa e Extensão para que objetivos como educação de qualidade e compromisso social sejam alcançados. Sua elaboração teve a participação e colaboração de representantes de todas as áreas da Instituição, incluindo professores (por meio dos coordenadores de curso) e gestores.

Picawy (2007, p. 97) descreve que,

O PPI vem trazendo o conjunto referencial da IES com relação às suas opções pedagógicas, descrevendo suas concepções na área da educação, buscando orientar o desenvolvimento acadêmico geral da IES. O PPI é o documento institucional que reúne todos os cursos oferecidos na IES, caracterizando-os, sucintamente, de modo a organizar a rede das macro perspectivas das áreas do conhecimento; também constitui bases teóricas e legais ao desenvolvimento e organização dos PPCs.

“O PDI e o PPI trazem a realidade ampla das configurações da IES como fontes de relações norteadoras gerais” (PICAWEY, 2007, p. 96).

Segundo o SAPIEnS/MEC (2007) no documento institucional PDI, além do vínculo com PPI, deve conter em anexo os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) solicitados. A Lei nº 9.394, de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 12, inciso I, que órgãos de ensino possuem a responsabilidade de elaborar e executar uma proposta pedagógica, que possui como denominação PPC (Projeto Pedagógico do Curso).

Determina o PPC dos cursos de graduação da UNESC (2014) que este é um documento onde deve estar definido o referencial filosófico e político do curso, suas diretrizes pedagógicas e a missão da UNESC, bem como o modelo de sociedade, de profissional e de ser humano determinado segundo os participantes da elaboração do documento.

Destaca este mesmo documento que “a formação superior deve preparar o acadêmico para atuar como agente questionador e transformador de uma sociedade carente de valores éticos, exigindo a integração entre o exercício profissional e o compromisso de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária” (PPC, 2014, p. 4). Nesta perspectiva, o PPC é um documento onde consta todas as informações necessárias para a formação acadêmica, sua base estrutural, objetivos, currículos de coordenadores e professores, e todas as disciplinas que são ofertadas no curso incluindo sua ementa. Neste documento estão destacados todos os assuntos que serão abordados, sua temática e práticas que podem ser realizadas. Cada curso tem obrigação de formular seu próprio PPC, bem como respeitar todas as informações contidas neste e encaminha-lo a comunidade acadêmica.

3.3 POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E VALORES HUMANOS (PA)

Em 2008 na Universidade do Extremo Sul Catarinense, foi aprovada a resolução n. 10/2008/CONSU intitulada “Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos da UNESC”, com o objetivo de “definir as diretrizes e atribuições de uma Comissão Permanente de Meio Ambiente e Valores Humanos” (UNESC, 2008, p. 1).

Nesta resolução aprovada na instituição foi possível constatar,

No Estatuto e Regimento Geral da UNESC já estavam contemplados diversos aspectos referentes aos princípios e valores – como a ética e a valorização da vida, em todas as suas formas, bem como a preocupação com as questões ambientais. Esses documentos, bem como os Projetos Políticos Pedagógicos de vários cursos de graduação, evidenciaram que as diretrizes institucionais estão definidas, bastando o seu fortalecimento e consolidação por meio de práticas cotidianas, para as quais justifica-se a necessidade da criação da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Valores Humanos (UNESC, 2008, p. 2).

Foi destacada também a importância da abordagem do meio ambiente nas ações e projetos elaborados na instituição da UNESC, sendo estas ações com o

objetivo de viabilizar os aspectos sociais, econômicos, culturais e ecológicos, pois deve-se levar em consideração o atual estágio da crise ambiental planetária. Toda e qualquer ação desenvolvida com relação ao meio ambiente e valores humanos é encaminhada aos acadêmicos da UNESCO. Esta comissão é composta por 8 (oito) membros, que podem incluir professores (representantes das UNAs), funcionários e acadêmicos, todos nomeados pela Reitoria da instituição. Existem atribuições que devem ser cumpridas pela comissão, dentre elas se destaca a concretização da missão da UNESCO, propor programas de humanização, organizar a Semana do Meio Ambiente e propor projetos na área socioambiental (UNESCO, resolução n.10/2008/CONSU).

3.4 REDE ACES

O programa Rede Aces-Ambientalização Curricular de Estudos Superiores é um projeto aprovado em 2001 pela Comissão Europeia, sendo que onze universidades, cinco delas são europeias e as outras seis Latino americanas, participam da Rede Aces trabalhando em conjunto para criação de projetos e estratégias de ambientalização nas instituições de ensino superior (GELI, 2002; REDE ACES, 2004).

Geli (2002, p. 13), coordenadora da Rede ACES, da Universidade de Girona (Espanha), destaca:

Como primeiro passo para iniciar o programa de atividades, as universidades apresentam nesta primeira publicação programas, estratégias e instrumentos que desenvolveram até o momento para promover a incorporação da cultura dos estudos de sustentabilidade para transmitir um marco chamado de processo de ambientalização curricular.

Em primeiro momento foram realizadas reuniões com os membros do projeto Rede ACES a fim de discutir suas primeiras intervenções e projetos que as instituições envolvidas deveriam exercer em seu campus. O primeiro encontro serviu para adequar terminologias para o projeto, no qual se adotou “ações de intervenção prática”. No segundo encontro realizado, foi debatido o que se entende hoje por práticas ambientais e como os professores e coordenadores deviam aprofundar tais temas (REDE ACES, 2004). Nesta perspectiva, tal documento elaborado pelos membros da Rede Aces “serviu de base para unificar critérios nas ações de intervenção prática” (JUNYENT, 2004, p.10).

O documento Rede ACES (JUNYENT, 2004) traz as principais reflexões debatidas nas reuniões dos quais foram criados critérios que mostram indícios de ambientalização que um currículo deve apresentar, elaborados pelos membros. Sendo que cada universidade desenvolve trabalhos abordando os diferentes tipos de intervenções na prática ambiental.

Gonzalez (2008, p. 18) finaliza,

Apesar de a Rede ACES ter finalizado seus trabalhos no ano de 2004, as propostas e discussões de “ambientalização curricular” continuam acontecendo, não apenas nas universidades que participaram desse projeto, mas também em outros espaços de produção de conhecimento, como resposta à necessidade de inserção da temática ambiental no ensino superior.

Estes eixos abordados no projeto Rede ACES compunham as dimensões utilizadas por este trabalho, visando analisar o grau de ambientalização e sustentabilidade atual da instituição UNESCO.

3.5 PROJETO RISU (REDE DE INDICADORES DE EVALUACIÓN DE LA SUSTENTABILIDAD EN UNIVERSIDADES LATINOAMERICANAS) /ARIUSA

A ARIUSA é uma rede de universidades ambientais. Sua criação ocorreu em 26 de outubro de 2007, em Bogotá, por um grupo intitulado Redes Universitárias em Ambiente e Sustentabilidade (RUAS). Possui como missão fundamental favorecer e apoiar ações na área da educação ambiental superior, possuem vínculos e apoiam vários projetos, entre eles encontra-se o projeto RISU e como coordenador Javier Benayas e a rede REASul (Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental) possuindo como representante Antonio Fernando Guerra (ARIUSA, 2014).

O RISU é um projeto aderente ao ARIUSA, e segundo este destaca,

A necessidade de um sistema de indicadores para avaliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental em instituições de ensino superior durante a Segunda Conferência Ibero-Americana de ARIUSA, 15 de junho de 2012, foi proposto e concordaram em estabelecer uma rede operacional trabalhar sobre esta questão [...]. O objetivo a longo prazo de Risu é a construção de um sistema de indicadores que podem servir como uma referência para credenciar as políticas de sustentabilidade das universidades latino-americanas (ARIUSA, 2014, s.p.).

Para atingir tal objetivo, foram realizadas inúmeras reuniões em dezembro de 2013, a fim de discutir cada indicador proposto pelos coordenadores do projeto e,

no final, criar uma lista de indicadores para serem aplicadas nas IES, foram elaborados 114 indicadores divididos em 11 temáticas (política de sustentabilidade, sensibilização e participação, responsabilidade social e ambiental, ensino, pesquisa e transferência, planejamento e da biodiversidade, energia, água, mobilidade, resíduos e recrutamento responsáveis (BENAYAS, 2014).

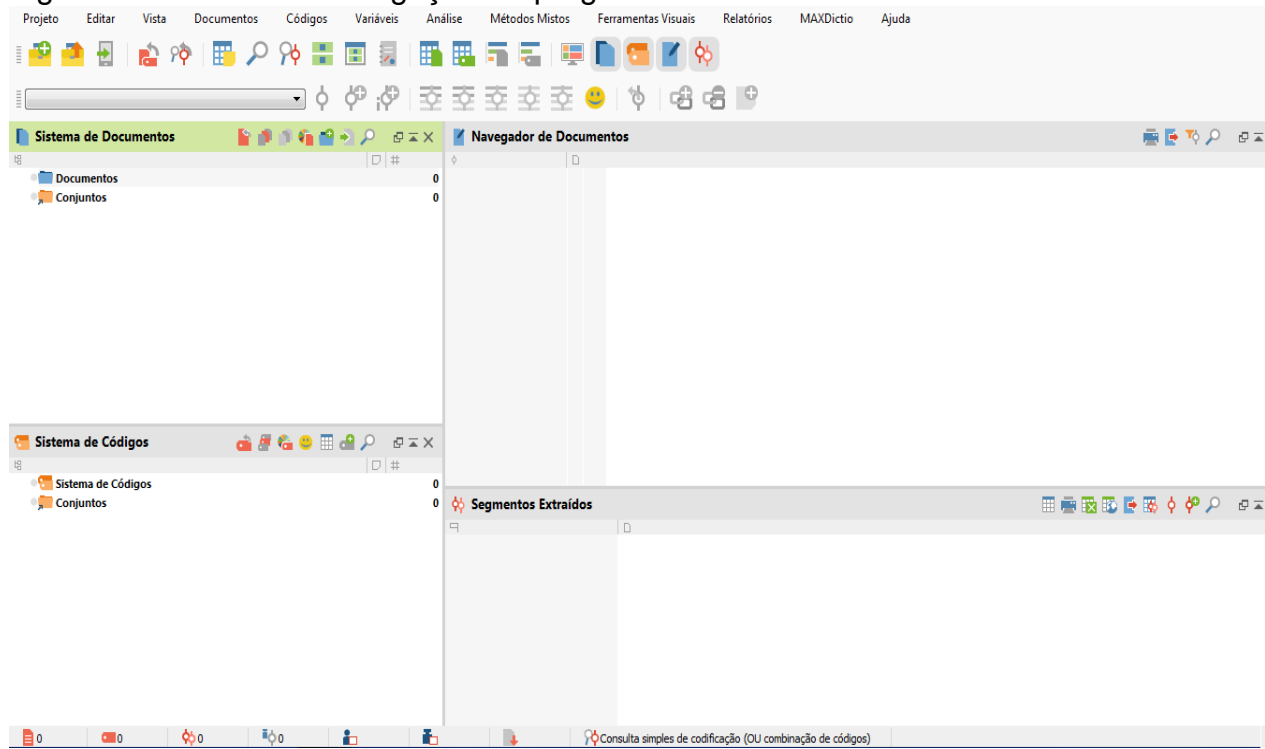
3.7 PROGRAMA DE ANÁLISE MAXQDA

O MAXQDA é um programa de análise documental de alto desempenho, sendo ideal para avaliação sistemática de textos, documentos e todos os tipos de dados de mídia (MAXQDA, 2013).

O software é dividido em quatro janelas usadas para o processo de análise de conteúdo (figura 1): a janela “Sistema de Documentos” (superior à esquerda) apresenta a lista de todos os documentos, imagens, arquivos PDF e vídeos utilizados no projeto; a janela ao lado “Navegador de Documentos” (superior à direita) serve para leitura dos documentos; a janela “Sistema de Códigos” (inferior à esquerda) mostra a estrutura elaborada de categorias e códigos; codificação e edição dos documentos selecionados que ficam a critério do pesquisador, bem como a seleção de cores para identificação de cada código e a última janela “Segmentos Extraídos” (inferior à direita) visa à recuperação e verificação dos segmentos codificados mostrando todos os trechos que forem selecionados.

O processo de análise e codificação usando o MAXQDA é feito pelo próprio usuário, que pode criar e organizar as categorias como desejar (NODARI, et al. 2014).

Figura 1 – Janelas de navegação do programa MAXQDA.



Fonte: Do autor (2016).

4 RESULTADOS

Na primeira etapa de diagnóstico dos documentos institucionais, PDI, PPI e PA, estes apresentaram mais de três dimensões, dos PPCs analisados, seis apresentaram menos de três dimensões. A Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC apresentou índice elevado de ambientalização nos documentos institucionais, dos 37 documentos analisados, 82,5% destes apresentaram mais de três dimensões propostas pelo trabalho (indícios de ambientalização).

Das análises realizadas no documento institucional PDI foram detectadas 40 codificações, sendo que 20 codificações pertenceram à dimensão A (Política de Ambientalização/Sustentabilidade/Meio Ambiente/Responsabilidade socioambiental). A dimensão J (Construção de espaços permanentes de reflexão, formação e atualização) representou 6 das codificações totais, seguida pela dimensão C (Sensibilização, participação democrática e comunicação “Educação Ambiental”) com 5 codificações totais.

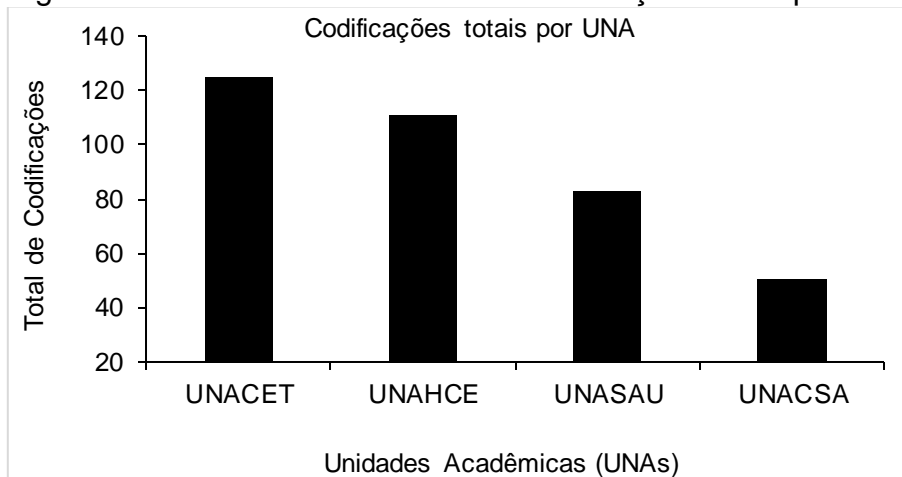
O PPI apresentou 27 codificações, sendo 15 pertencentes à dimensão A, 5 à dimensão C e 4 à dimensão D (Compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza).

O PA mostrou resultados semelhantes quando comparados com os documentos acima citados, com um total de 20 codificações totais, 7 destas pertencem a dimensão A. Neste documento, a dimensão J apresentou 6 codificações e 3 codificações pertencentes a dimensão C.

Da análise de codificações totais por UNA (figura 2), podemos observar que o grau de ambientalização na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC nas UNAs CET (Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias) e HCE (Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação) apresentaram maiores índices de ambientalização com codificações totais de 125 e 111 respectivamente, quando comparados tais resultados com as UNAs SAU (Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde) e CSA (Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas) que estas apresentaram codificações totais de 83 e 51, respectivamente.

A UNACSA foi a que mais apresentou diferenças significativas, com menos da metade das codificações encontradas em relação à UNACET.

Figura 2 - Gráfico com o número de codificações totais por UNA.



Fonte: Do autor (2016).

Tais unidades acadêmicas apresentaram de diferentes formas a inserção de conceitos ambientais aplicados, dentro das dimensões pesquisadas. Cada unidade possui seus cursos de graduação específicos, que apresentaram seus próprios graus de ambientalização curricular.

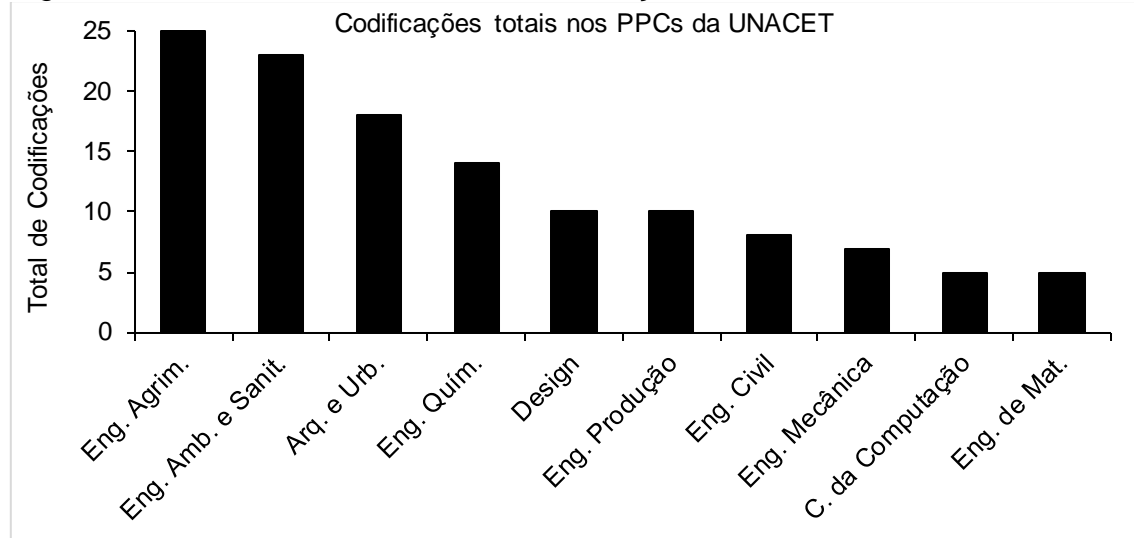
Existe uma grande relação entre as unidades acadêmicas UNACET e UNAHCE, pois tais unidades possuem disciplinas voltadas para as questões ambientais mais aplicadas à parte de monitoramento, degradação e recuperação de áreas ambientais, bem como estudos sobre ecologia e interação dos indivíduos nestas áreas afetadas, diferindo-se das outras duas, UNASAU e UNACSA, estas diferem entre si quanto ao grau de ambientalização e das questões ambientais, que atribuem seus estudos mais voltados, no caso na UNASAU para a saúde, monitoramento de doenças e estudos em laboratórios, e a UNACSA para administração de empresas e estudos da vida social e econômica.

Quando observado individualmente cada UNA com seus respectivos cursos em relação às codificações totais, os seguintes resultados foram observados em cada PPC dos cursos ofertados no campus.

Os resultados encontrados nas codificações totais dos PPCs da UNACET (figura 3) apresentaram-se de forma decrescente em cada curso de graduação. Apresentando o curso de graduação Engenharia de Agrimensura, Engenharia Ambiental e Sanitária e Arquitetura e Urbanismo com mais de 17 das codificações totais, sobressaindo-se sobre os demais cursos com alta interação de ambientalização. O restante dos cursos, apresentaram potencial baixo de

ambientalização quando analisados segundo às onze dimensões propostas pela pesquisa.

Figura 3 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNACET.

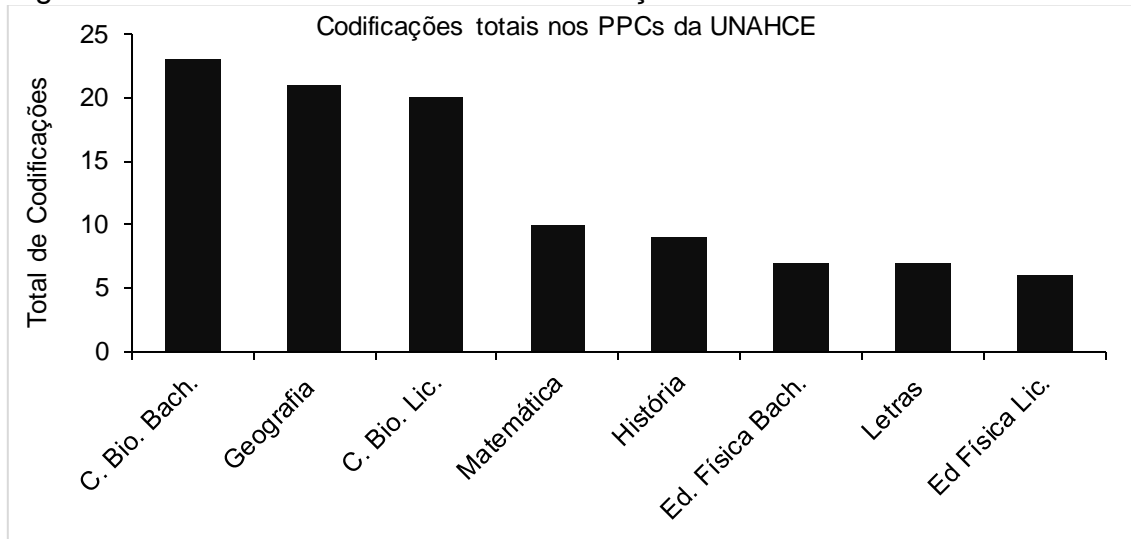


Fonte: Do autor (2016).

A UNAHCE apresentou uma diferença significativa entre os cursos segundo a análise de seus PPCs (figura 4). Os cursos de Ciências Biológicas bacharelado e licenciatura, bem como o curso de Geografia licenciatura/bacharelado, apresentaram alto índice de ambientalização, acima de 20 codificações totais, destacando-se sobre os demais cursos apresentando alto grau de indícios de ambientalização.

Mais abaixo encontra-se os cursos de Matemática, História, Educação Física bacharelado, Letras e Educação Física licenciatura que apresentaram codificações totais abaixo de 10, considerando-se índices baixos de ambientalização dentro destes cursos.

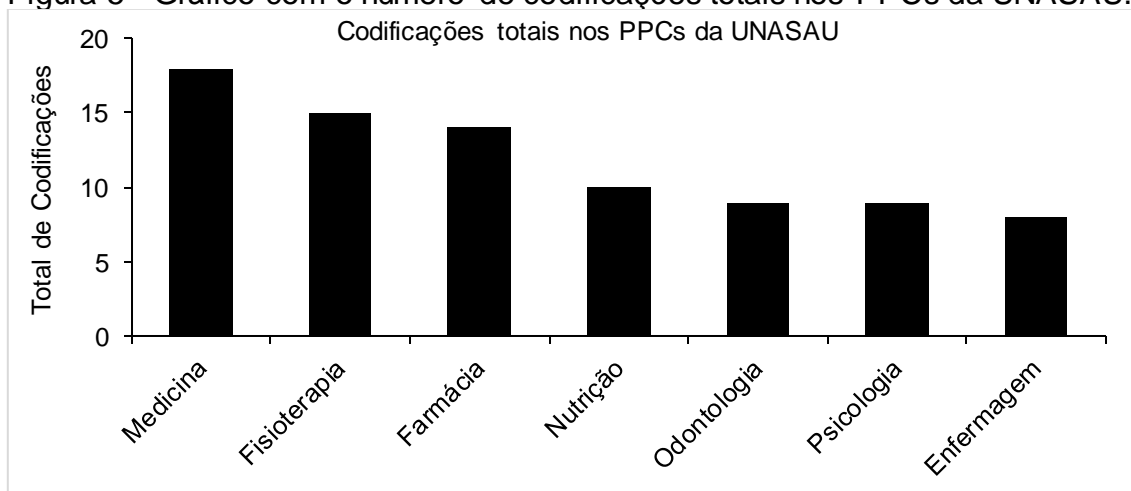
Figura 4 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNAHCE.



Fonte: Do autor (2016).

Quando analisamos a área da saúde, observamos um índice relevante de ambientalização quando comparamos os cursos entre si da UNASAU (figura 5), sendo os cursos de graduação Medicina, Fisioterapia e Farmácia com os maiores resultados, acima de 15 codificações totais. Posteriormente Nutrição, Odontologia, Psicologia e Enfermagem apresentaram resultados abaixo de 10 codificações totais. Contudo, quando comparado com os outros cursos das outras UNAs, a UNASAU ainda fica abaixo dos indícios de ambientalização, com apenas um de seus cursos acima de 15 codificações.

Figura 5 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNASAU.

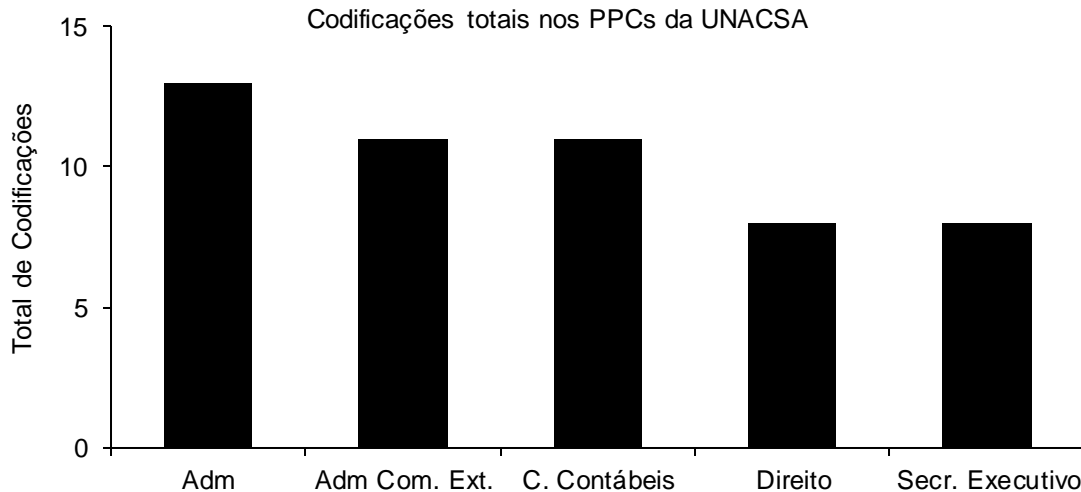


Fonte: Do autor (2016)

Quando analisamos a Unidade Acadêmica da UNESC, a UNACSA, voltada principalmente para a temática social aplicada e econômica podemos

observar que novamente como na UNASAU, ambas possuem indícios de ambientalização baixos, neste caso todos os cursos apresentam menos de 15 codificações totais (figura 6).

Figura 6 - Gráfico com o número de codificações totais nos PPCs da UNACSA.



Fonte: Do autor (2016).

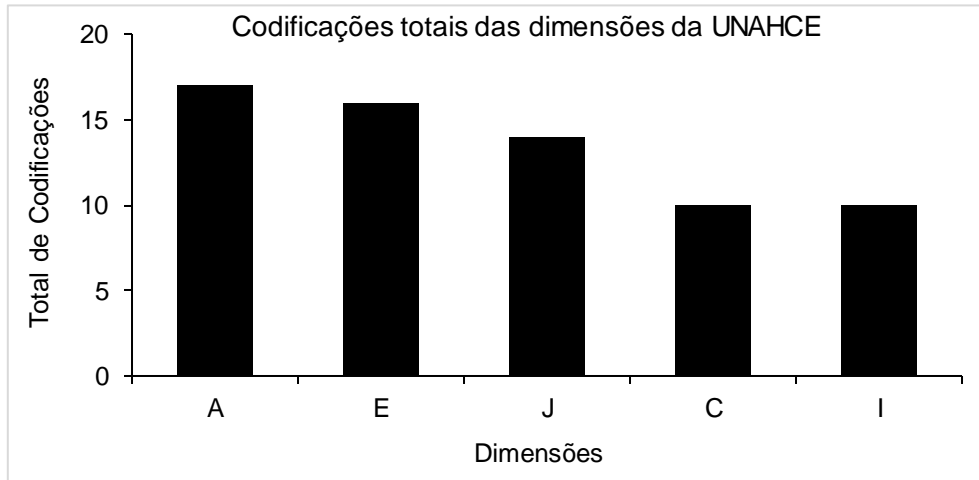
Esta figura nos mostra uma diferença pouco significativa em relação aos cursos de graduação da UNACSA. Sendo o curso de Administração com maior índice de codificações, acima de 10, juntamente com Administração em Comércio Exterior e Ciências Contábeis, ambos os cursos de Direito e Secretariado Executivo apresentaram resultados abaixo de 10 codificações.

Ao separarmos as dimensões que mais acorreram em cada Unidade Acadêmica, obtivemos os seguintes resultados apresentados em codificações totais.

O gráfico (figura 7) mostra dentro da UNAHCE quais as dimensões que se sobressaíram. Podemos observar que a dimensão A seguida pela dimensão E (Complexidade: diálogo em torno da ecologia de saberes, trabalho em redes) e pela dimensão J representaram mais de 14 das codificações totais.

Em seguida as dimensões C e I (Coerência e reconstrução entre teoria e prática) ambas apresentaram 10 codificações totais.

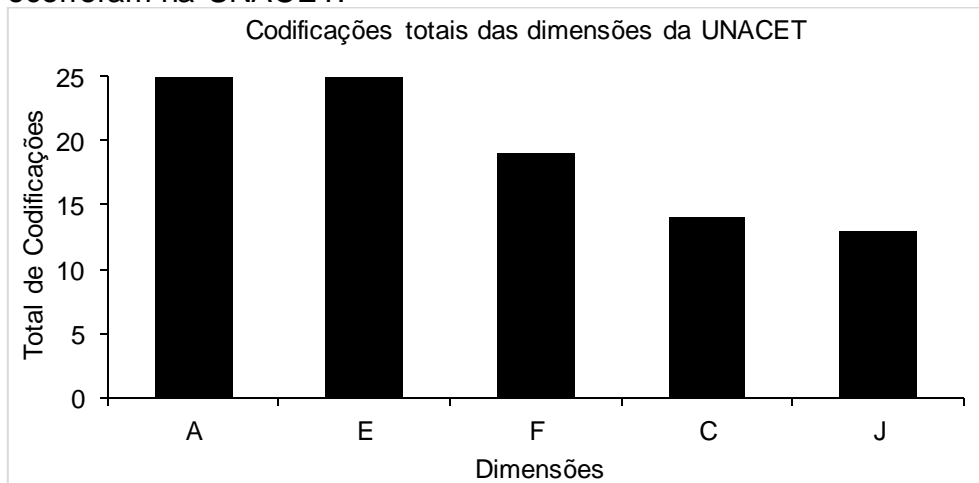
Figura 7 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNAHCE.



Fonte: Do autor (2016).

Quando observado quais as dimensões que mais se tornaram presentes e relevantes na pesquisa da UNACET, o gráfico (figura 8) deixa claro a permanência da dimensão A e dimensão E, ambas com 25 codificações totais, assemelhando-se aos resultados encontrados na UNAHCE. Contudo a dimensão F (Contextualização local, global, local-global, global-local) apresentou 19 codificações, sendo que anteriormente esta dimensão não apareceu na UNAHCE. A dimensão C (Sensibilização, participação democrática e comunicação “Educação Ambiental”) e dimensão J (Construção de espaços permanentes de reflexão, formação e atualização) apresentaram respectivamente 14 e 13 codificações totais dos PPCs dos cursos da UNACET.

Fonte 8 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNACET.



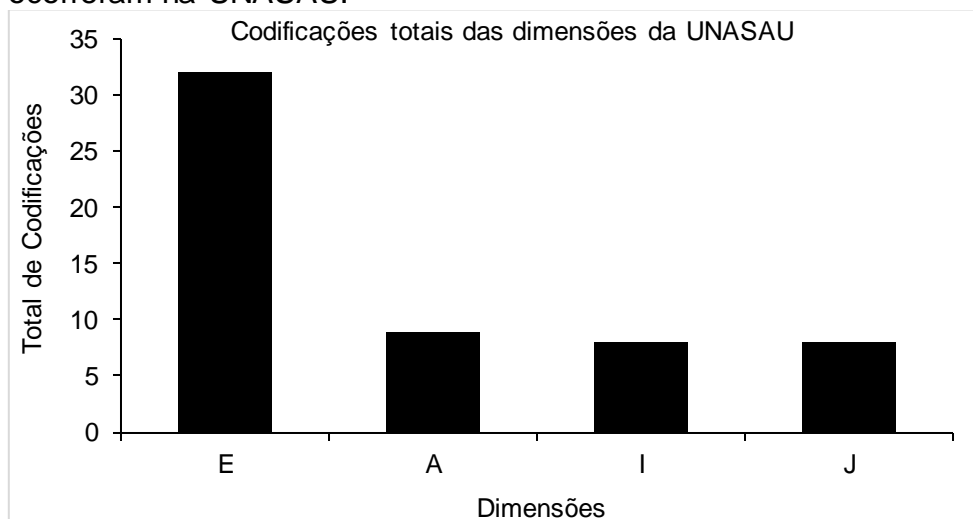
Fonte: Do autor (2016).

Verificando-se as dimensões da UNASAU que mais se sobressaem (figura 9) podemos ver que a um salto extremamente alto da dimensão E em relação a dimensão A, sendo esta até então a que mais se destacava nas figuras anteriores.

Podemos observar que existe uma diferença significativa em relação as dimensões, sendo a dimensão E com 32 codificações. As dimensões seguintes A, I e J, apresentarem ambas as três menos de 10 das codificações totais da UNASAU.

Com base nesta figura, é possível notar que, mesmo quando comparada com as outras UNAs, a UNASAU apresentando baixo índice de ambientalização, porém esta apresentou resultados para educação ambiental dentro das disciplinas, sendo introduzida esta temática para os acadêmicos da área de saúde.

Figura 9 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNASAU.



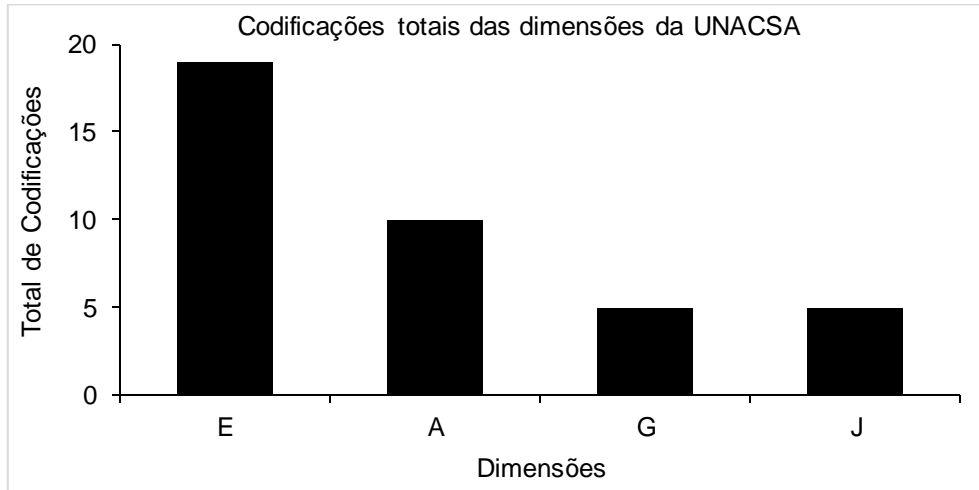
Fonte: Do autor (2016).

Exatamente como na UNASAU, a UNACSA também apresentou um salto significativo da dimensão E, sendo esta com 19 dos resultados analisados (figura 10). Em seguida, temos a dimensão A com 10 codificações, a dimensão G (Consideração dos sujeitos na construção dos saberes e fazeres), sendo esta dimensão aparecendo somente na UNACSA, e J ambas com 5 codificações totais.

Tais resultados mostram que tanto a UNASAU quanto a UNACSA embora apresentem menos resultados para a temática ambiental quando comparado com as outras UNAs, estas quando analisadas individualmente, apresentam alto índice de ambientalização como temática primordial dentro das disciplinas, presente da dimensão E.

Já as outras UNAs CET e HCE possuem alto índice de ambientalização em relação às demais e também possuem mais indícios de responsabilidades sócio ambientais e políticas de ambientalização que estão inseridas na dimensão A desta pesquisa.

Figura 10 - Gráfico com o número de codificações totais nas dimensões que mais ocorreram na UNACSA.



Fonte: Do autor (2016).

5 DISCUSSÃO

A ambientalização no ensino significa “inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada” (KITZMANN, 2007, p. 554), desta forma ela acaba se inserindo de diferentes formas dependendo do grau de ambientalização de cada instituição e de suas unidades acadêmicas e seus respectivos cursos.

Estudos feitos por Freitas et al. (2003) concluíram que existe uma relação entre Unidades Acadêmicas (figura 2), o mesmo foi observado em nossas pesquisas, apresentando os estudos biológicos e de exatas sobressaindo-se, ambas possuindo proximidade com estudos entre a sociedade e a natureza, diferindo da unidade de humanas que possuem poucos estudos visando sociedade-natureza, abordando estudos aplicados às áreas sociais. Guerra (2013) descreve em seu trabalho um maior compromisso em relação as temáticas ambientais nos cursos das áreas de exatas e biológicas. Estas semelhanças mostram uma coerência entre as universidades de abordarem mais a temática ambiental nestas duas áreas (exatas e biológicas), o que mostra que a UNESCO esta em conformidade.

Estas análises podem ser entendidas quanto trazemos conceitos novos para a compreensão dos estudos. Trabalhos publicados por Nicolescu (1999, p. 21) trazem o conceito de pluridisciplinariedade que aborda,

O estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo. Por exemplo, um quadro de Giotto pode ser estudado pela ótica da história da arte, em conjunto com a da física, da química, da história das religiões, da história da Europa e da geometria.

Isto explica a alta afinidade entre as UNAs HCE e CET. Outro conceito importante para este estudo é a interdisciplinaridade, já este conceito traz “à transferência de métodos de uma disciplina para outra” (NICOLESCU, 1999, p. 22). Ambas possuem a capacidade de ultrapassar disciplinas entre cursos. Tais conceitos apresentados por Nicolescu (1999) contribuem com os achados apresentados (figura 3 e 4), contudo unidades extremamente distintas como saúde e sociais não se enquadram. Para Arraga (1998, p. 79), “a Interdisciplinariedade como uma forma de organizar o conhecimento do currículo baseia-se na análise dos conteúdos das várias disciplinas, a fim de encontrar os elementos comuns (problemas complexos) para os diferentes campos de estudo”. Isto ressalta o quão importante o uso da interdisciplinariedade é adequada para o processo de

ambientalização (KITZMANN, 2007), este mesmo autor ainda ressalta “uma adequada abordagem da questão ambiental exigirá múltiplos enfoques disciplinares” (2007, p. 565). O que mostrou presente quando comparamos as disciplinas Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura, e Geografia, com as disciplinas de Engenharia de Agrimensura, Engenharia Ambiental e Sanitária e Arquitetura e Urbanismo.

Embora existam estudos já realizados há anos como os de Nicolescu (1999) que nos levam a um conceito mais amplo sobre disciplina e suas aplicações, quando falamos de ambientalização é algo que vem ainda crescendo, devido a importantes mudanças como a globalização, o avanço de tecnologias e crescente comunicação, que trazem para dentro das instituições enfoques como crises ecológicas, ambientais e globais, sendo então necessária a criação de modelos de gestão universitária para investigar e aplicar estes conceitos na comunidade e entorno dela ampliando estes estudos em todos os âmbitos acadêmicos (BARRON; NAVARRETE; FERRER-BALAS, 2010).

Ainda para Barron, Navarrete e Ferrer-Balas (2010), universidades espanholas abordam “a melhoria da qualidade do ensino universitário” e estas requerem habilidades para integrar a sustentabilidade, elevando a educação socioambiental para ensinar e envolver licenciados em resolver diversas situações de problemas ambientais.

Estudos feitos por Carvalho, Cavalari e Santana (2003, p. 161) concluíram que,

Para que a educação ambiental seja um caminho coerente e significativo para os processos de *ambientalização* curricular, será necessário construir, juntamente com a comunidade acadêmica, uma visão mais crítica e integrada do processo educativo, reconhecendo-se o caráter contraditório da educação, os limites e as possibilidades do processo educativo [...]. Conceber a educação ambiental como um processo não mistificado de transformação social é um passo definitivo e significativo em propostas de incorporação, pelas universidades, de algumas dimensões da temática ambiental. Dado esse primeiro passo podemos identificar possibilidades significativas de transformações no ensino superior, a partir de propostas de educação ambiental.

Este mesmo estudo ainda elenca que, em certos casos, as tentativas de ligar saberes e conhecimentos entre diferentes áreas mostra-se muito mais em uma perspectiva de adicionar ou somar tais conhecimentos entre áreas buscando-se uma aplicação mais prática destes conhecimentos (CARVALHO; CAVALARI; SANTANA, 2003).

Uma forma de envolver ainda mais os acadêmicos é apresentada em estudos feitos por Kitzmann e Asmus (2012), que trazem a necessidade para uma relação mais firme da ambientalização no campus universitário, uma forma seria a ambientalização dos currículos universitários que poderiam atrelar a construção do saber ambiental. “Este perfil do currículo ambientalizado nos fornece indícios das dimensões que a educação passa a abranger, que desafiam em termos de ampliação de conteúdos e de novas metodologias de ensino-aprendizagem” (KITZMANN; ASMUS, 2012, p. 274).

No caso das UNAs SAU e CSA da UNESCO (figura 5 e 6), ambas apresentam poucos indícios de ambientalização em seus PPCs. Devemos levar em conta que tais Unidades Acadêmicas trazem “currículos cheios de disciplinas, com cargas horárias rígidas, e que impedem iniciativas que visem mudança no panorama atual (FREITAS, et al., 2003, p. 172), o que acaba tornando difícil a aplicação de um currículo ambientalizado. Kitzmann (2007, p. 562) também ressalta este ponto,

Os currículos são exemplos do quanto são necessárias tais mudanças, já que tradicionalmente não comportam a dimensão ambiental ou, quando a trazem, ainda está inserida de forma pontual e fragmentada, além de estar dissociada do que ocorre no resto do espaço educativo onde está inserida.

O mesmo apresenta Marcomin e Silva (2009), os processos de ensino-aprendizagem em relação com a Educação Ambiental nas universidades apresentam dificuldades de ordem conceitual, apresentando-se muitas vezes a temática ambiental de forma isolada, fragmentada ou descontextualizada. Embora as UNAs SAU e CSA apresentem a dimensão E como mais representativa, muitos PPCs a traziam de forma descontextualizada e fragmentada, acarretando um enfraquecimento da abordagem ambiental dentro destas disciplinas.

Marcomin e Silva (2009, p. 113) finaliza,

A ambientalização da universidade não se restringe ao âmbito de um processo de mudanças no quadro docente e nos currículos das disciplinas, ela requer um redimensionar das questões sob um novo foco de atenção à universidade como um todo: seus professores, gestores, alunos, funcionários, departamentos, cursos, currículos, disciplinas, estágios, projetos de pesquisa e de extensão, a comunidade local e regional onde a universidade está inserida.

Morales (2009) salienta que a temática ambiental se apresenta de várias formas, altamente heterogêneas, afetando inúmeros cursos e setores, desta forma a ambientalização impõe-se de forma positiva para uma nova reformulação na estrutura organizacional da instituição a qual está sendo aplicada, integrando

diversas áreas de conhecimento investindo contra a estrutura departamental hegemônica e obsoleta que prevalece. “Dessa forma, pode ainda contribuir nas decisões políticas das instituições no sentido de abrir espaços necessários à incorporação da dimensão ambiental, que busque a relação entre as ciências naturais e sociais” (MORALES, 2009, p. 195).

Quando nos deparamos com tais processos de ambientalização, é necessário criar objetivos. Uma forma de entender como está o caminho da ambientalização na UNESCO é compreender quais indícios estão mais presentes, em quais setores e a influência de cada indício, para então criarmos a interação necessária para expansão da temática ambiental nos cursos ofertados. Estudos feitos por Zuin, Farias e Freitas (2009) fazem uso dos indícios de ambientalização estabelecidos por pesquisadores da Rede ACES, para analisar as características de um curso ambientalizado, esta metodologia se mostra extremamente importante e de grande ajuda para então declararmos o grau de ambientalização de cursos e instituições, bem como criar estratégias para melhorar tais cursos que não abordam a temática ambiental profundamente. Outros trabalhos também vêm trazendo esta mesma abordagem metodológica (AMORIM, et al., 2004; GONZALEZ, 2008; GUERRA, 2013; GUERRA, et al., 2014), Figueiredo et al. (2015, p. 334) ressaltam “a importância de processos como o apresentado, que permita conhecer o grau de ambientalização em cada IES”. O trabalho atual nos mostra os resultados referentes as dimensões (indícios de ambientalização) mais encontrados em cada unidade acadêmica da UNESCO.

Para Guerra, et al., (2014, p. 125), as influências de tais estudos podem acarretar um,

Processo contínuo de ambientalização que poderá propiciar à comunidade universitária, vivências não só de práticas, mas também de princípios, de atitudes e valores da sustentabilidade, que sejam incorporados pela comunidade que vive além dos seus muros.

Nesta pesquisa, é pertinente a permanência das dimensões A, E (diferindo-se apenas em quais unidades cada uma destas dimensões mais aparece) e dimensão J.

Trabalhos apresentados por Guerra (2013), mostram que a dimensão E, que traz complexidade, ou seja, disciplinas que trabalham com vários conceitos integrados, como saúde, política e meio ambiente, com potencial para explorar o pensamento complexo, apresentou características regulares ou que poderia ser

melhor aplicada na instituição. É importante salientar que, em se tratando em especial das UNAs SAU e CSA (figura 9 e 10), ambas apresentam altos índices da dimensão E, contudo de forma descontextualizada e fragmentada, como já mencionado. Embora resultados e estudos feitos por Carvalho, Cavalari e Santana (2003), onde esta mesma dimensão correspondeu a 60% dos documentos analisados, o mesmo foi encontrado em nossas pesquisas, quando observamos as codificações totais, onde em nossos PPCs tal dimensão se mostrou pertinente em todas as UNAs, estudos feitos por Figueiredo e Guerra (2014) apontam a complexidade como o terceiro indicador mais representativo. Amorin et al., (2004) obteve resultados positivos para a presença do indicador E, “em especial a análise complexa da realidade e a análise das causas e efeitos dos problemas” (AMORIN, et al., 2004, p. 101).

A pesquisa feita por Freitas et al., (2003), a dimensão complexidade se destaca mais intensamente da área das ciências sociais aplicadas, que corresponde a nossa pesquisa a UNACSA (figura 10), o mesmo foi encontrado em nossos resultados que apontam tal dimensão como a mais intensa nos cursos desta Unidade Acadêmica.

A dimensão J, embora não se mostrando pertinente com alto grau de frequência, se tornou relevante, pois em todas as unidades acadêmica e nos documentos PDI e PA esta se mostra presente. Tal dimensão faz uso da construção de espaços permanentes de reflexão, formação e atualização, onde pode englobar trabalhos de pesquisa e participação em projetos de intervenção. Os mesmos resultados foram encontrados por Guerra (2013) se mostrando pouco aplicado mais ainda assim presente na instituição, contudo este indicador acaba se tornando um desafio para sua implementação. Para tal indicador ser pertinente seria necessárias mudanças, destaca Morin (2003, p. 20) “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino”, para incentivar o uso destes espaços. Kitzmann e Asmus (2012) concluem que, para existir melhorias inovadoras e sustentáveis, relacionando-se com a temática ambiental serão necessárias alterações e modificações nos mais diversos âmbitos, que por fim não serão superficiais.

A partir de trabalhos feitos por Kitzmann e Asmus (2012) sobre ambientalização, estes criaram um quadro de características, uma forma de representar a classificação curricular em três dimensões. A dimensão abrangência

se divide em duas formas, a microescala quando trabalha a ambientalização em alguns cursos, e a macroescala, quando a ambientalização faz uso de espaços da própria instituição. No caso da instituição UNESC, podemos observar que esta está indo para o grau de macroescala segundo a dimensão abrangência, sendo que esta dimensão ocorreu em todos os PPCs, PDI e PA.

Quando trabalhamos a dimensão A nas análises dos documentos, observamos que está presente em todas as UNAs, contudo de forma mais intensa nas UNAs HCE e CET (figura 7 e 8), e menos recorrente nas UNAs SAU e CSA.

Estudos feitos por Carniatio, Junior e Mota (2015) com base em entrevistas na instituição UNIOESTE, concluem que na universidade existe documentos que norteiam as políticas de sustentabilidade e que também está integrado ao PDI da instituição. O mesmo foi encontrado nos documentos institucionais PPCs e nos documentos PDI, PPI e PA da UNESC, onde tal dimensão se sobressaiu sobre todas as outras.

Trabalhos apresentados por Wachholz e Carvalho (2015) concluem que a instituição PUCRS está abaixo da média geral, embora a temática ambiental esteja em seu Plano Estratégico da Universidade e que existem comitês de Gestão ambiental, a instituição se deparou com poucos profissionais que se dedicam exclusivamente a esta temática, bem como a inexistência de um serviço que realize estas atividades ambientais. Este resultado difere dos documentos institucionais da UNESC, onde esta possui o PPI e traz nos objetivos específicos e bases filosóficas na UNESC a inserção da temática ambiental através resolução Política de Meio Ambiente e Valores Humanos (PA), que trabalha juntamente com os coordenadores de todos os cursos para implementação da abordagem ambiental. Um exemplo disto é a Semana do Meio Ambiente realizada todos os anos no campus, bem como a existência de profissionais que trabalham com a temática ambiental, mesmo que em poucas quantidades mais que desempenham seu papel com compromisso, mostrando que a UNESC se sobressai quando analisada a ambientalização e sustentabilidade.

Estudos feitos por Cunha et al. (2015) concluem que na instituição UDESC, não existem documentos que norteiam a política de sustentabilidade, e que tal documento deve ser priorizado para constituir a base de planejamento da ação estratégica de sustentabilidade. Este documento como já mencionado está presente na UNESC, e tais ações estratégicas de planejamento podem ser encontradas nos

três documentos institucionais que servem como base para a implementação da ambientalização e sustentabilidade, PDI, PPI e PA.

Finalizando esta etapa da pesquisa e voltando os debates para a criação de estratégias sustentáveis aplicáveis à instituição de ensino UNESC, podemos destacar trabalhos feitos por Guerra et al., (2014), que sugerem para a instituição UNIVALI a ampliação da política ambiental e introdução da mesma nas metodologias e abordagens para ambientalizar as práticas existentes nos currículos. Tal iniciativa é de grande importância, já que devemos salientar que, no caso das UNAs SAU e CSA, ambas apresentaram indícios de ambientalização para a dimensão E, contudo, este índice é abordado de forma fragmentada e isolada nas disciplinas. Para a aplicação de um currículo ambientalizado, Kitzmann (2012, p. 287) ressalta que de “nada adiantariam mudanças em conteúdos, sem adaptações nas estratégias metodológicas que devem lhe dar apoio, ou ainda, sem a capacitação docente para atendê-las e ressignificá-las de acordo com a realidade socioambiental na qual vivem seus alunos”. Frente a este contexto, é necessário interesse e capacitação de docentes para garantir o sucesso de um currículo ambientalizado. “Além de um currículo ambientalizado em termos de conteúdo, devemos levar em conta a prática do mesmo, ou seja, a sua execução, o seu desenvolvimento” (KITZMANN; ASMUS, 2012, p. 287).

Outra estratégia para a implementação da temática ambiental é a fortificação de algumas dimensões e criação de planos de ação específicos para cada UNA. Um plano de ação seria a implementação e conseqüentemente aprofundamento das mesmas através da inserção de um número maior de disciplinas optativas que acarretariam em uma visão mais ampla a integradora em relação aos conhecimentos socioambientais. Esta estratégia é citada por Guerra (2013), que conclui que não existe permeabilidade e flexibilidade nas disciplinas ofertadas nos cursos de graduação da UNIVALI.

A criação de planos de ação é citada no trabalho de Wachholz e Caravho (2015), que trazem, na instituição PUCRS, existe um plano de ação ambiental, este não apresenta um conjunto de estratégias direcionadas à comunidade acadêmica. Diante do exposto, a abordagem da criação de planos de ação só se torna eficiente quando esta é trabalhada juntamente com a comunidade acadêmica e as comunidades em torno do campus. “Ações de sensibilização e participação acadêmica, bem como acordos e convênios com empresas” (WACHHOLZ;

CARVALHO, 2015, p. 292) não essenciais para a criação de um caminho rumo a sustentabilidade.

Guimarães et al., (2009, p. 57) declara que,

Tecer uma nova concepção de currículo também para os cursos universitários significa romper com a visão reducionista do currículo técnico-linear, privilegiando práticas que permitam uma maior inserção de estudantes e docentes na realidade social e de trabalho. Nesse sentido, a extensão universitária assume um papel fundamental, possibilitando criar uma rede formativa em que possam ser aprofundados os temas e percebidas as suas inter-relações, construídas estratégias metodológicas que (re) aproximem e (re) alimentem os conteúdos formais de cada currículo profissional. Tecendo as redes dessas temáticas ditas transversais poderemos tentar, aos poucos, quebrar o paradigma disciplinar dominante e trazer para as atividades acadêmicas de ensino e extensão os elementos normalmente presentes na atividade de pesquisa.

Neste contexto, a extensão se torna uma estratégia de ação altamente eficaz, estabelecendo redes que se distribuem para a sociedade, permitindo a troca de saberes entre profissionais, acadêmicos e comunidade, a troca de experiências que se tornam essenciais para a elaboração das atividades de pesquisa, bem como as práticas inovadoras, corroborando com a criação de metodologias adequadas para cada realidade (GUIMARÃES, et al., 2009).

Guimarães et al., (2009, p. 56-7) então concluem que a criação e formação de redes nas quais haja interação entre educadores, professores e pesquisadores dentro da instituição de ensino, bem como em suas comunidades, “nos parece assumir um papel de centralidade na elaboração de proposta de lutas e fortalecimento desta educação ambiental que acreditamos contribuir na construção da sustentabilidade, em uma nova relação entre natureza e sociedade”.

6 CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados por este trabalho podemos concluir que a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, apresenta alto índice de ambientalização, apresentando todas as dimensões propostas pelo projeto, porém, mostrando-se de formas variadas conforme os documentos analisados e as unidades acadêmicas onde os cursos estão inseridos. O presente trabalho demonstrou o empenho da UNESC, no âmbito documental, em fortalecer a temática ambiental.

No entanto, pesquisas relacionadas a esta temática atualmente são pouco encontradas, neste sentido se faz necessário novas pesquisas para avaliar na prática o que tais documentos que foram analisados afirmam realizar, como entrevistas aos diretores das UNAs, aos coordenadores dos cursos e aos professores que ministram as disciplinas ofertadas.

Este trabalho contribuiu para o aperfeiçoamento da análise documental na instituição UNESC, bem como trazer para a comunidade acadêmica o aporte firme que a instituição possui dentro de seus documentos institucionais. Também se espera que este trabalho sirva de estratégias para outras universidades interessadas na temática de ambientalização e sustentabilidades.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. C. R.; JUNIOR, W. M. O.; PRADO, G. V. T.; MONTEIRO, A. F. M.; BRÍGITTE, P. A.; CAMARGO, T. S. Diagnósticos e intervenções sobre ambientalização curricular nos Cursos de Licenciatura em Biologia e Geografia. Universidade Estadual de Campinas (Brasil). In: GELI, A. M.; MERCÈ, J.; SÁNCHEZ, S. (Orgs.). **Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos ambientales de las universidades**. Girona: Universitat de Girona, Servei de Publicacions, 2004.
- ARIUSA. **Alianza de redes iberoamericanas de universidades por la sustentabilidad y el ambiente**. SÁENZ, O. (Coord.). 2014. Disponível em: <<http://ariusa.net/es/sobre-ariusa/mision>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- ARRAGA, L. P. Fortalecimiento de la capacidad interdisciplinaria en Educación Ambiental. **Revista Iberoamericana de Educación**: Buenos Aires, n. 16, p. 65-99, 1998.
- ARRUDA, M. P.; LIMA, L. C.; ANDRADE, I. C. F.; LISBOA, M. D. Ambientalização curricular: o desafio da religação de saberes para o ensino superior. **Educação Ambiental em Ação**, v. 53, p. 102-125, 2015.
- BACCI, D. L. C.; LANDIM, P. M. B.; ESTON, S. M. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, v. 59, n. 1, p. 47-54, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BARRON, A.; NAVARRETE, A.; FERRER-BALAS, D. Sostenibilización curricular en las Universidades Españolas: ha llegado la hora de actuar?. **Eureka Enseñanza y Divulgación de las Ciencias**, España, v. 7, n. Extraordinário, p. 388-399, 2010.
- BASTIANI, T. M. A educação ambiental chega à escola. E agora?. **Revista Eletrônica do Curso de Especialização em Educação Ambiental da UFSM**. v. 3, n. 3, p. 430-433, 2011.
- BENAYAS, J. D. Á. **Proyecto RISU**. Definición de indicadores para la evaluación de las políticas de sustentabilidad en Universidades Latinoamericanas. Resumen Ejecutivo. Madri, Universidad Autónoma de Madri, 2014. Disponível em: <http://www.pnuma.org/educamb/documentos/GUPES/Proyecto_risu_Final_2014.pdf> Acesso em: 01 de maio de 2016.
- BOLEA, Y.; GRAU, A.; DOMINGO, J.; MARTINEZ, H. **Ambientalización curricular de los estudios de informática industrial: la experiencia en la UPC**. Jornadas de Enseñanza Universitaria de Informática: Robótica e Informática Industrial. Editora da Universidade de Alicante: Espanha, p. 443-451, 2014.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Art. 225. Capítulo VII: Do Meio Ambiente. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação CNE. Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. Brasília: MEC/CNE.

CARNIATTO, I.; JUNIOR, E. J. H.; MOTA, J. G. O. Programas de sustentabilidade na gestão das instituições de ensino superior. **Revista Contrapontos**, UNIOESTE, v. 15, n. 2, p. 333-348, 2015.

CARVALHO, L. M.; CAVALARI, R. M. F.; SANTANA, L. C. **O processo de ambientalização curricular da UNESP-Campus de Rio Claro: diagnóstico e perspectivas**. In: GELLI, A. M. (Org.). *Ambientalização Curricular de los Estudios Superiores*. 01 ed. Girona: Universitat de Girona, v. 1, p. 171-207, 2003.

CUNHA, I. C.; FREITAS, M. J. C.; MENDONÇA, A. W.; BOGO, A. Compromissos de sustentabilidade na universidade do estado de Santa Catarina-UDESC, Brasil: estudo de caso do projeto rede de indicadores de universidades sustentáveis – RISU. **Revista Contrapontos**, UDESC, v. 15, n. 2, p. 204-227, 2015.

FIGUEIREDO, M. L., GUERRA, A. F. S.; CARLETTO, D. L. **Ambientalização nas instituições de educação superior: reflexões do IV Seminário Sustentabilidade na Universidade** In: RUSCHEINSKY, A., et al. *Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades*. 1 ed. São Carlos-SP: EESC/USP, v.1, p. 337-349, 2014.

FIGUEIREDO, M. L.; GUERRA, A. F. S. UNIFEBE Sustentável: indícios de ambientalização em cursos de graduação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL (Anped Sul), 10, 2014, Florianópolis. **Anais...** UDESC: UDESC, p. 1-14, 2014.

FIGUEIREDO, M. L.; GUERRA, A. F. S.; JUNKES, M. M.; ORSI, R. F. M. Ambientalização e sustentabilidade no centro universitário de Brusque: um processo em construção. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, FURG, v. 32, n. 2, p. 319-338, 2015.

FORTUNATO, E. M. **Capital do carvão: identidade em conflito**. 2008. 43 f. Monografia (Pós-graduação). Área de concentração: Geografia – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, sc.

FREITAS, D.; OLIVEIRA, H. T.; COSTA, G. G.; KLEIN, P. Diagnóstico do grau de ambientalização curricular no ensino, pesquisa, extensão e gestão na universidade federal de São Carlos – Brasil. In: GELI, A. M.; JUNYENT, M.; SÁNCHEZ, S. (Orgs.). **Diagnóstico de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores**. *Ambientalización curricular de los estudios superiores*. Girona: Universitat de Girona - Red ACES, p. 177-190, 2003.

GELI, A. M. **Introducción. universidad, sostenibilidad y ambientalización curricular**. In: ARBAT, E; GELI, A. M. *Ambientalización curricular de los estudios superiores: Aspectos ambientales de las Universidades*. Servei de Publicacions. Universidade de Girona: Espanha, 2002.

GONZALEZ, L. T. V. **A temática ambiental e os cursos superiores de turismo do estado de São Paulo**. 2008, 148 f. Mestrado (dissertação). Área de concentração: Educação Ambiental – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP.

GUERRA, A. F. S. Ambientalização curricular e sustentabilidade na universidade: concepções de professores e coordenadores de cursos de graduação da UNIVALI. In: Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2013. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/13045_6588.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. **Educação para a sustentabilidade: proposta de inovação pedagógica na ambientalização curricular nos Cursos de Licenciatura da FURG**. Projeto de pós-doutoramento. Rio Grande, Universidade Federal de Rio Grande, 2011.

GUERRA, A. F.; FIGUEIREDO, M. L.; ORSI, R. F. M.; STEUCK, E. R.; CARLETTO, D. L.; DA SILVA, M. P.; LUNA, J. M. F. **Ambientalização na educação superior: trajetória e perspectiva**. In: GUERRA, A. F. et. al. Ambientalização e sustentabilidade nas universidades: subsídios, reflexões e aprendizagens. 1º ed UNIVALI: Itajaí, 146 p. 2015.

GUERRA, A. F.; ZEN, C.; SOUZA, D. F.; FIGUEIREDO, M. L.; CARLETTO, D. L.; SILVA, M. P.; CENI, J. C. A temática ambiental e a sustentabilidade nos cursos de graduação da UNIVALI: caminhos para a ambientalização curricular na universidade. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, FURG, v. Especial, p. 121-134, 2014.

GUIMARAES, M.; SOARES, A. M. D.; BARRETO, M. P.; CARVALHO, N. A. O. Educadores Ambientais nas Escolas: as redes como estratégias. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, 2009.

JUNYENT, M. **Marco de referencia de las acciones de intervención práctica**. Girona: Universitat de Girona, 2004. In: REDE ACES. Ambientalización curricular de los estudios superiores. Proceso de Caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. Girona: Universitat de Girona - Red Aces, 220

KITZMAM, D.; ASMUS, M. Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente. **Currículo sem Fronteiras**, FURG, v. 12, n. 1, p. 269-290, 2012.

KITZMANN, D. Ambientalização de espaços educativos: aproximações conceituais e metodológicas. **Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. v. 18, p. 553-573, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. Petropolis- RJ: Vozes, 2011.

Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Artigo 12, inciso I.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na universidade. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. **A sustentável leveza da universidade**. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Sustentabilidades em diálogos. Itajaí: Univali, p. 171-189, 2010.

MARTINS, M. C.; FROTA, P. R. O. Educação ambiental: a diversidade de um paradigma. Ed. Ediunesc: Criciúma, 225 p., 2013.

MAXQDA. **Qualitative Data Analysis Software**. 2013. Disponível em: <<http://www.maxqda.com/>>. Acesso em: 31 de março de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 27 p., 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

MORALES, A. G. M. A formação dos profissionais educadores ambientais e a universidade: trajetórias dos cursos de especialização no contexto brasileiro. **Educar**, Curitiba, n. 34, p. 185-199, 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. 8º ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 128 p., 2003.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 24 p., 1999.

NODARI, F; SOARES, M. C; WIEDENHOFT, G. C; OLIVEIRA, M. **Contribuição do Maxqda e do NVivo para a Realização da Análise de Conteúdo**. XXXVIII Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro, RJ, 16 p., 2014.

PICAWY, M. M. **PDI – plano de desenvolvimento institucional, ppi – projeto pedagógico institucional e ppc – projeto pedagógico de curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três ies/rs/brasil**. 2007, 262 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

PPC. **Projeto pedagógico do curso de graduação em nutrição**. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 163 p., 2014.

PPI. **Projeto Pedagógico Institucional da UNESC**. Resolução n. 17/2012/Conselho Universitário-CONSU, 87 p., 2012.

REDE ACES. **Ambientalización curricular de los estudios superiores**. Proceso de Caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. Girona: Universitat de Girona - Red Aces, 220 p., 2004.

RUSCHEINSKY, A.; GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.; LEME, P. C. S.; RANIERI, V. E. L.; DELITTI, W. B. C. **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. 1 ed. São Carlos-SP: EESC/USP, 2014.

SAPIENS/MEC. Sistema de acompanhamento de processos das instituições de ensino superior. **Instruções para elaboração de plano de desenvolvimento institucional**. 2007. Disponível em: < <http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

SCHEIBE, L. F. **O Carvão de Santa Catarina: Mineração e consequências ambientais**. In: TEIXEIRA, E. C.; PIRES, M. J. R. (Coord.). Meio Ambiente e Carvão: Impactos da Exploração e Utilização. Porto Alegre, RS: PADCT/GTM 2002. (Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental). p. 45-63.

SILVA, A. D. V.; MARCOMIN, F. E. **A universidade sustentável: alguns elementos para a ambientalização do ensino superior a partir da realidade brasileira**. In: Actas do I Congreso Internacional de Educacion Ambiental dos Países Lusofonos e Galicia. Santiago de Compostela: Actas. CEIDA / Universidad de Santiago de Compostela, v. único, 2007.

SILVA, J. P. S. Impactos ambientais causados por mineração. **Revista Espaço da Sophia**, n. 8, 13 p., 2007.

SINAES. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**. lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.

UEPB. Portal do plano de desenvolvimento institucional da UEPB. **O que é o pdi?**. Universidade Estadual da Paraíba, 2013. Disponível em: <<http://sites.uepb.edu.br/pdi/o-que-e-o-pdi/>>. Acesso em: 26 de abril de 2016.

UNESC. **Políticas de Meio Ambiente e Valores Humanos da UNESC**. Resolução n.10/2008/Conselho Universitário-CONSU, 8 p., 2008.

WACHHOLZ, C. B.; CARVALHO, I. C. M. Indicadores de sustentabilidade na PUCRS: uma análise a partir do projeto rede de indicadores de avaliação da sustentabilidade em universidades latino- americanas. **Revista Contrapontos**, PUC/RS, v. 15, n. 2, p. 279-296, 2015.

ZUIN, V. G; FARIAS, C.R; FREITAS, D. A ambientalização curricular na formação inicial de professores de Química: considerações sobre uma experiência brasileira. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 552-570, 2009.